

Essa seria uma forma de atestar que a organização de nossas terminologias, mesmo com os neologismos e estrangeirismos que as afetam, e com o devido registro das variações que sofrem, constitui uma instrumentação socioeconômica vital a um consistente processo de integração para a sociedade do Cone Sul. Tal organização, correlacionando ainda nossos idiomas a outros de larga circulação, será veículo estratégico de divulgação do potencial produtivo – comercial, científico, tecnológico e cultural – de nossos países.

Maria da Graça Krieger é doutora em letras, com pós-doutorado em terminologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Unisinos (RS); coordenadora do Termisul - Projeto Terminológico Cone Sul (UFRGS). É presidente da Riterm - Rede Ib e roamericana de Terminologia. Foi coordenadora da Subcomissão Temática de Terminologia para o Mercosul (1993-1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Benveniste, É. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Editora Pontes. 1989.
2. Cabré, M. T. *La terminología*: Barcelona, Antártida, Ampúries, 1993. E da mesma autora, *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra. 1999.
3. Rondeau, G. *Introduction à la terminologie*. 2.ed. Québec, Gaëtan Morin. 1984.

PARA UMA ETNO-TERMINOLOGIA: RECORTES EPISTEMOLÓGICOS

Maria Aparecida Barbosa

Este trabalho propõe-se a examinar recortes observacionais e epistemológicos do objeto formal da etno-terminologia, subárea do grande domínio coberto pela terminologia. Busca estudar a norma relativa ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto das unidades lexicais que caracterizam o universo dos discursos etno-literários, no âmbito da cultura brasileira. Essas unidades lexicais têm sememas muito especializados, construídos com semas específicos do universo de discurso em causa, provenientes das narrativas, cristalizados, de modo a tornar-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. Consta-se, então, que sustentam o pensamento e o sistema de valores da cultura que configuram uma axiologia. Assim, as unidades lexicais do universo de discurso etno-literário têm um estatuto próprio e exclusivo. Nos níveis da norma e da fala, subsumem duas funções, **vocábulo** e **termo**. Associam aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, em função semiótica, metasemiótica e metametasemiótica, próprias dos vocábulos, mas apresentam, também, características de uma linguagem de especialidade. Tais unidades lexicais têm um significado muito particular, peculiar a esse universo de discurso, e são, ao mesmo tempo, polisseméticas. Noutras palavras, essas unidades lexicais reúnem qualidades das línguas especializadas e da linguagem literária, de maneira a preservar um valor semântico social e constituir, simultaneamente, documentos do processo histórico da cultura. Resultam elas do cruzamento de um processo de metaterminologização e de metavocabularização. Propõe-se, assim, a consolidação da disciplina científica etno-terminologia.

MOVIMENTOS ENTRE VOCÁBULO E TERMO Destaca-se, aqui, a norma que se refere ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto de unidades lexicais que caracterizam os universos de discurso etno-literários. Toma-se por base a concepção de universo de discurso proposta por Pais segundo a qual, um universo de discurso, enquanto classe de discursos, pode ser definido:

“como um conjunto não finito, ou que tendem ad infinitum, de todos os discursos manifestados que apresentam certas características comuns e constantes, assim como certas coerções suscetíveis de configurar uma norma (...) que compreende, por sua vez, uma série de normas frásticas, lexicais, semântico-sintáticas, às vezes fonético-fonológicas, e outras tantas normas transfrásticas, narrativas, discursivas, dependentes da argumentação, da veridicção, da versosimilhança, da eficácia, ou aquelas concernentes aos mecanismos da persuasão/interpretação, da manipulação/contramanipulação, da sedução, às formulações específicas das relações intersubjetivas, espaciais e temporais de enunciação e enunciado e, ainda, às que dizem respeito às modalidades, às modalizações discursivas dominantes, e, enfim, aos processos de produção e reiteração da ideologia, próprios de um determinado universos de discurso” (1)

Como se sabe, um universo de discurso estabelece e renova incessantemente uma rede de relações intertextuais entre os textos manifestados, enunciados,

e uma rede de relações interdiscursivas, entre os processos discursivos de produção realizados. Esses textos e discursos apresentam, pois, certas características comuns e constantes, correspondentes a uma norma discursiva. A intersecção entre os diferentes textos pertencentes a um universo de discurso conduz à configuração de um arquiteito (2); a intersecção entre os discursos (processos) envolvidos conduz, por sua vez, à configuração de um arquiteito (3).

Se se consideram, de início, dois universos de discurso, o da **língua comum** e o das **linguagens de especialidade**, dir-se-á que as unidades lexicais que pertencem ao primeiro conjunto são vocábulos e as que pertencem ao segundo conjunto são termos, com todos os traços específicos que lhes correspondem. É preciso lembrar, entretanto, que, no nível de sistema, as unidades lexicais são plurifuncionais. O estabelecimento preciso de sua função depende de sua inserção em uma norma discursiva, que determina, então, o estatuto de vocábulo ou de termo.

A disponibilidade virtual das funções vocábulo/termo caracteriza, pois, as unidades lexicais no nível do sistema. Essas funções atualizam-se, uma ou outra, quando as unidades lexicais se encontram circunscritas a uma norma discursiva e a um texto-ocorrência. Assim, em nível de sistema, a relação entre as funções vocábulo e termo é [e...e]; em nível de uma norma e de um discurso-ocorrência é [ou...ou] (4). Parece oportuno retomar, aqui, algumas reflexões sobre os termos terminologização e metaterminologização (5). Terminologização é um termo que integra a *Terminology work – Vocabulary. ISO/DIS 1087-1* (página 11) e que aí é definido como: “Terminologization – process by which a general language word or expression is transformed into a term”. Nesta acepção, terminologização *stricto sensu* refere-se à transposição de uma unidade lexical, da língua geral para uma linguagem de especialidade, ou seja, a transformação do vocábulo em termo. No percurso gerativo de enunciação de codificação, trata-se de uma relação entre normas de um sistema lingüístico, uma relação horizontal, intra-sistema de significação e inter-universos de discurso. O ponto de partida, nesse caso, é o nível lingüístico e ponto de chegada é, ainda, o nível lingüístico.

Entretanto, pode-se entender terminologização, também, como um processo que converte um conceito em termo, *la mise en terme*, expressão esta comparável à expressão *la mise en lexème*, que subjaz ao processo de lexe mização de Pottier (6). Aqui, pois, terminologização é equivalente a lexe mização e tem como ponto de partida, no percurso gerativo da enunciação a própria realidade fenomênica, em que se tem uma informação virtual, amorfá, que, em outro nível, o do recorte observacional e cultural, se transforma no *conceptus* (7); este, por sua vez, será terminologizado. Logo, os fatos naturais são *conceptus* virtuais. Por outro lado, os *conceptus* construídos constituem termos virtuais, que, no nível metalingüístico da ciência, se tornam termos efetivos.

Nesse segundo sentido, terminologização *lato sensu* refere-se à relação entre o nível conceptual e o metalingüístico, diferente, pois, da primeira acepção aqui exposta – terminologização *stricto sensu* como transformação de um vocábulo em termo. Nesta concepção, há uma restrição muito grande no processo de criação de termos, já que prevê apenas o aproveitamento de vocábulos da língua geral – processo primário –, por meio de alterações semânticas – processo secundário.

Ora, sabe-se que, dependendo da área técnica ou científica, os processos de terminologização *lato sensu* são muito mais amplos: o fonológico, o sintagmático, o semântico. O empréstimo (de uma língua para outra ou de uma área para outra) é apenas um dentre os vários processos de terminologização. Parece-nos, assim, que a definição dada pela norma ISO, anteriormente citada, contempla apenas um dos conceitos de terminologização, limitando, pois, a abrangência conceitual do termo.

Os processos possíveis de **terminologização** e de **vocabularização**, na dinâmica da relação inter-universos de discurso, caracterizam-se como semiose ilimitada. No dinamismo da linguagem, mesmo na linguagem técnico-científica, as constantes de realizações possibilitam a delimitação de uma **tipologia de processos**.

Considere-se, primeiramente, a passagem da terminologia para a língua comum, que transfere um termo do seu universo especializado para o da língua comum. A vocabularização é a transformação do termo em vocábulo (8). Conforme a concepção teórica, esse processo pode ser chamado de banalização, vulgarização e popularização. Tem-se, por exemplo, *entrar em órbita*, transposto da área técnico-científica para a língua geral, por um processo de metaforização. É o caso, ainda, de *paradigma*, *desconstrução*, *sintonizar*, dentre outros. A metaforização parece ser o mecanismo principal desse tipo.

Considere-se, em seguida, o processo inverso, a passagem da língua comum para a terminologia, mecanismo que converte o vocábulo em termo: processo de terminologização *stricto sensu* a que se refere a supracitada norma ISO. Dentro outros, cabe lembrar o exemplo de *sintagma*, do gr. *sintagma*, através do latim *sintagma*. Na linguagem comum, significava “reunião” (neste sentido, existe a praça Sintagma, em Atenas) e, nas ciências da linguagem, passa a significar “combinatória intersignos ou interpalavras”. É o caso, também, de *peregrinismo*, que, na língua comum, significava “ir em romaria” e, nas ciências da linguagem, passou a significar “emprego de vocábulo estranho à língua vernácula, estrangeirismo”. Observe-se, ainda, o vocábulo *tópico*, do grego *topikós*, “relativo a lugar”, através do latim *topicu-*, e que, em farmacologia, passa a designar o “remédio de uso externo aplicado sobre o lugar da afecção”. Enfim, temos o vocábulo *navegar*, “viajar pela água, com embarcação”, e os termos *navegar*, da aeronáutica, e, depois, *navegar*, da informática.

Há que lembrar, ainda, a passagem da terminologia para a terminologização, com a manutenção de um núcleo semico comum aos termos das diferentes áreas. Tem-se, aqui, o processo de transposição de um termo de uma para outra área, sem a modificação total do significado, ou seja, com a manutenção de alguns traços semânticos na intersecção dos dois sememas. Denomina-se metaterminologização. Observem-se, por exemplo, os casos de *estrutura* e de *função*, em diferentes áreas. Este mecanismo decorre, frequentemente, da existência de paradigmas epistemológicos, no processo histórico das ciências. Observe-se, ainda, no século XIX, a transposição de termos da biologia, para as ciências humanas, que acompanhou a transferência do meta-modelo de “evolução e seleção natural das espécies”, da primeira para as segundas.

Assinale-se, também, a transposição da terminologia para a terminologização, sem que se conserve núcleo semico comum aos termos resultantes nas diferentes áreas envolvidas. Esse processo é, igualmente, de metaterminolo-

... TRANSFERE
UM TERMO DO
SEU UNIVERSO
ESPECIALIZADO
PARA O DA
LÍNGUA COMUM.

gização mas distingue-se do precedente, na medida em que o termo transposto perde os traços semânticos que possuía no universo de partida. É o caso, por exemplo, de *arroba*, “medida de peso” e *arroba*, como símbolo de endereço eletrônico (@).

Os dois últimos processos mencionados são, como se viu, de metaterminologização, já que instauram um termo a partir de um termo. Julgamos importante salientar que em todos os quatro tipos de processo acima examinados, a relação que se estabelece é horizontal, ou seja, de um universo de discurso para outro.

Diferente é o processo de passagem do conceptual para o terminológico. Trata-se, aqui, da terminologização *lato sensu*, ou seja, uma criação *ex-nihilo*, que terá graus diferentes de motivação mas que não resulta da transposição de um universo de discurso para outro e, sim, da instauração de uma nova grandeza signica – numa combinatória inédita, no caso do processo fonológico e sintagmático – e de uma função metasemiótica – no caso do processo semântico. Diferentemente dos casos anteriores, a relação, aqui, é vertical. A rigor, este processo – o da terminologização *lato sensu* – subjaz a todos os anteriormente apresentados, visto que, em estrutura profunda, o ponto de partida é sempre o nível conceptual (9). Diferem quanto aos percursos realizados pela grandeza-termo e quanto ao modo como é engendrada: fonológico, semântico, sintagmático ou alogenético (10).

Quanto aos graus de terminologização e de banalização, dir-se-á que toda essa dinâmica anteriormente exposta autoriza a afirmar que uma unidade lexical não é termo ou vocábulo, em si mesma, mas, ao contrário, está em função “termo” ou em função “vocábulo”, ou seja, o universo de discurso em que se insere determina o seu estatuto, em cada caso. Assim, não é possível estabelecer uma taxionomia paradigmática dos conjuntos termos e dos conjuntos vocábulos, pois toda a classificação resulta dos entornos discursivos e dos condicionamentos das normas discursivas, dependente, portanto, dos universos de discurso e das situações de discurso. Concebe-se um percurso possível de uma “unidade lexical”, ao longo de um eixo *continuum*, do mais alto grau de banalização ao mais alto grau de cientificidade e vice-versa. Em suma, toda unidade lexical é plurifuncional, no nível de sistema, e monofuncional, no nível de uma norma ou do falar concreto.

O ESTATUTO DAS UNIDADES LEXICAIS DOS DISCURSOS ETNO-LITERÁRIOS Gostaríamos de destacar, aqui, a norma relativa ao estatuto semântico, sintático e funcional do conjunto de unidades lexicais que caracterizam os universos de discurso etno-literários.

Tomando-se, por exemplo, o boi no rito do *Bumba-meu-boi* do Maranhão, no norte do Brasil, verifica-se que essa unidade lexical não se refere a um boi, no sentido comum, não se refere ao animal que encontramos nos campos ou nas fazendas; essa unidade não designa, também, o *boi* da biologia, ou da agro-pecuária. Ela tem uma significação especial, no universo de discurso desse rito folclórico, em que representa uma entidade mítica, que é morta, para satisfazer o desejo de uma mulher grávida e que, ao final da narrativa, ressuscita, para a felicidade de todos. Uma das interpretações correntes é a de que esse boi representa, nessa história, a morte e ressurreição do Cristo. Examinando-se com mais cuidado o *Romanceiro* do Nordeste brasileiro, encontram-se numerosos exemplos. Assim, tem-se o “conto do pavão”. Um professor de aldeia tinha um pavão muito estimado. Um dos seus alunos mata o pavão. O mestre se vinga, mata a criança. Outro romance conta a história de um nobre, obrigado a disfarçar-se em mendigo cego, para tomar sua

bem amada, prisioneira de sua mãe na floresta (história medieval). Tem-se, ainda, o romance de “Juliana”. Um nobre, seu primo, havia prometido casar-se com ela. De repente, apaixonou-se por uma jovem. Vai visitar sua prima e anuncia seu novo projeto. Juliana finge alegrar-se, felicita-o e, para comemorar, oferece-lhe uma taça de vinho envenenado (história medieval). Juliana representa, pois, a mulher ciumenta, o ciúme.

Há uma série de romances cujo tema é, por exemplo, o amor desgraçado. Nesses textos, de modo geral, tem-se um grande número de personagens, Contudo, são muito pobres em sua figurativização. Na realidade, são tipos humanos, ou tipos sociais, suportes de temas, encarregados da tematização. Encontram-se nos romances grandes temas universais, as oposições *amor x morte*, *vida x morte*, *amor x alma*, *riqueza x miséria*, *bem x mal*, *poder x fraqueza*, *fidelidade x traição*, etc.

Poder-se-iam multiplicar os exemplos. Os grandes proprietários de terras são com frequência os representantes do poder, da opressão, do mal. Os homens pobres representam frequentemente o bem, a honestidade, a fraqueza, o sonho de liberdade. As “autoridades” são normalmente apresentadas como gente malvada. O poder está ligado à malvadeza. O diabo aparece, como ele mesmo, ou disfarçado em outra personagem, relacionada ao poder, à riqueza, à autoridade; intervém no destino dos homens.

Verifica-se, então, que as unidades lexicais desses discursos etno-literários têm características muito específicas: de um lado, são vocábulos metasemióticos, pelos motivos acima vistos, de outro, são quase-termos técnicos, pois pertencem à linguagem especial/especializada. Seus sememas não correspondem, pois, nem aos sememas da língua comum, nem aos sememas das linguagens dos domínios científicos. Essas unidades lexicais apresentam sememas construídos, em grande parte, com semas específicos do universo de discurso etno-literário, provenientes das narrativas e cristalizados, de maneira a tornar-se verdadeiros símbolos dos temas envolvidos. É preciso estar familiarizado com as histórias, conhecer o pensamento e o sistema de valores da cultura em questão, para poder compreendê-los bem. De fato, é outra linguagem, que é preciso aprender, para interpretá-los corretamente. Nessas condições, a unidade lexical do universo de discurso etno-literário tem um estatuto nitidamente diferente. No nível da norma e do falar concreto, ela subsume as duas funções, vocábulo e termo. Com efeito, trata-se de um vocábulo, nos seus aspectos referenciais, pragmáticos e simbólicos, em função semiótica, metasemiótica ou meta-metasemiótica e é um termo, na medida em que a unidade léxica em questão tem características de uma linguagem de especialidade. É possível, assim, propor, em semântica profunda, o seguinte modelo:

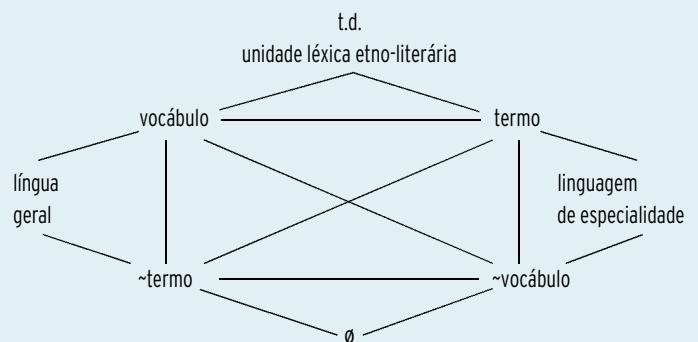


Figura 1: Tensão vocábulo x termo

Sustenta-se uma tensão dialética **vocábulo x termo** nas unidades lexicais etno-literárias. Na dêixis positiva, a unidade lexical em função vocábulo é um não-termo. Na dêixis negativa, a unidade lexical em função termo é um não-vocábulo.

De maneira sucinta, pode dizer-se que as unidades lexicais dos discursos etno-literários têm um significado muito especializado, específico do universo de discurso a que pertencem e que são, ao mesmo tempo, polissêmicas/polissemêmicas. Noutras palavras, essas unidades léxicas reúnem qualidades das linguagens de especialidade e qualidades da linguagem literária, conservando um valor semântico social e concomitantemente permanecendo como documentos do processo histórico de uma cultura. Poder-se-ia acrescentar que elas resultam, simultaneamente, do cruzamento de processos de metaterminologização e de metavocabularização.

Por essas razões, propomos que as unidades lexicais dos universos de discurso etno-literários e que apresentam as características acima apontadas constituam o objeto de estudos de uma disciplina específica, no amplo domínio da terminologia: a etno-terminologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Observa-se a tênue fronteira entre a unidade lexical especializada e a não-especializada. Com efeito, as unidades lexicais pertencentes aos discursos etno-literários, por exemplo, têm um duplo estatuto, vocábulo e termo.

Os discursos etno-literários se ocupam, dentre outras coisas, dos sistemas de valores que, por sua vez, determinam pensamentos e comportamentos, de formas de ver o mundo, de maneiras de agir recomendáveis ou condenáveis, no fazer social. Esses discursos definem, assim, uma axiologia (3).

As características do modo de existência e produção dos discursos etno-literários mostram-se, também, nas estruturas lexicais. As unidades lexicais atualizadas nos textos mantêm uma rede de relações semânticas específicas – no interior do universo de discurso – e têm funções particulares, quanto à designação e à referência. Por essa razão, são multifuncionais.

Esses atributos das unidades lexicais dos universos de discurso etno-literários conduziram-nos a propor a formalização de uma nova disciplina científica, a etno-terminologia.

Maria Ap a recida Barbosa é lingüista, professora titular do Departamento de Lingüística da FFLCH da Universidade de São Paulo (USP), responsável pelas disciplinas de lexicologia, lexicografia e terminologia. Foi autora da proposta de criação do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, em 1986. Ex-professora visitante na Universidade Lumière Lyon 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Pais, C. T. "Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso". In: *Revista Brasileira de Lingüística*. São Paulo, v. 7, nº 1, pp. 43-65, 1984.
2. Rastier, F. "Para uma poética generalizada". Tradução de C. T. Pais. In: *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 8, pp. 445-470, 2000.
3. Pais, C. T. "Conceptualização, interdiscursividade, arquiteyto, arquiteyto-discurso". In: *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, CIEFIL, ano 8, nº 23, pp. 101-111, 2002.
4. Hjelmslev L. *Prolegomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1968.
5. Barbosa, M. A. Terminologização, vocabularização, cientificidade, banalização: relações. In: *Acta semiotica et linguistica*. São Paulo, v. 7, pp. 25-44, 1998.
6. Pottier, B. *Sémantique générale*. Paris: P.U.F., 1992.
7. Rastier, F. *Recherches en sémantique cognitive*. Paris, P.U.F., 1991.
8. Muller, C. *Initiation à la statistique linguistique*. Paris: Larousse, 1968.
9. Pais, C. T. "Conceptualisation, dénomination, désignation, référence: réflexions à propos de l'énonciation et du savoir sur le monde". In: Poulet, J. et al. (Orgs). *Revista Textures. Cahiers du C.E.M.I.A. Recueil d'hommage à mme. Le professeur Simone Saillard*. Lyon, Université de Lyon 2, 1998, pp. 371-384.
10. Guilbert, L. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.